



Capital e outros 12 municípios paulistas falham em dar transparência a emendas e obras públicas

Resultados preocupam em especial por causar potenciais distorções em ano eleitoral

São Paulo, 16 de julho de 2024 – Ranking lançado nesta terça-feira (16) pelo Observatório Social do Brasil - São Paulo revela que nenhum dos 13 municípios avaliados – incluindo a capital São Paulo e 12 outras cidades do Consórcio Cioeste – atingiram nível “ótimo” de transparência.

Posição	Município	Pontuação	Avaliação
1º	SÃO PAULO	78,9 PTS	BOM
2º	OSASCO	70,7 PTS	BOM
3º	CARAPICUÍBA	64,4 PTS	BOM
4º	CAJAMAR	60,8 PTS	BOM
5º	ITAPEVI	51,5 PTS	REGULAR
6º	SANTANA DE PARNAÍBA	51,4 PTS	REGULAR
7º	COTIA	51,1 PTS	REGULAR
8º	SÃO ROQUE	50,3 PTS	REGULAR
9º	ARAÇARIGUAMA	46,8 PTS	REGULAR
10º	PIRAPORA DO BOM JESUS	37,1 PTS	RUIM
11º	VARGEM GRANDE PAULISTA	32,4 PTS	RUIM
12º	BARUERI	30,3 PTS	RUIM
13º	JANDIRA	25,6 PTS	RUIM

PÉSSIMO 0-19,9 pts **RUIM** 20-39,9 pts **REGULAR** 40-59,9 pts **BOM** 60-79,9 pts **ÓTIMO** 80-100 pts

Na maioria dos municípios analisados, as falhas em transparência e governança pública estão relacionadas, em especial, à falta de informações completas sobre emendas parlamentares ao orçamento municipal e à baixa divulgação de informações da agenda do prefeito com antecedência.

O levantamento, feito com metodologia da Transparência Internacional – Brasil, tem como objetivo oferecer um índice confiável para que a sociedade, a imprensa e os próprios órgãos de controle tenham acesso à informação e monitorem as ações do poder público na promoção da transparência e da participação social e no combate à corrupção. O ranking também tem como meta estimular o poder público a promover continuamente a transparência de suas ações e reconhecer o bom trabalho realizado por algumas prefeituras.

A capital São Paulo (78,9 pontos) e Osasco (70,7 pontos) lideram o ranking, como 1ª e 2ª posições respectivamente, sendo classificadas com nível “bom”. Os municípios de Itapevi (51,5 pontos), Santana de Parnaíba (51,4 pontos), Cotia (51,1 pontos), São Roque (50,3 pontos) e Araçariguama (46,8 pontos) ficaram com a classificação “regular”, Pirapora de Bom Jesus (37,1 pontos), Barueri (30,3 pontos) e Jandira (25,6 pontos), em último lugar, como “ruim”.

A escala do ranking vai de 0 a 100 pontos, na qual 0 (péssimo) significa que a prefeitura é avaliada como totalmente opaca e fechada à participação da sociedade e 100 (ótimo) indica que ela oferece alto grau de transparência e participação social. Além deste ranking, a capital São Paulo também foi ranqueada pela Transparência Internacional – Brasil em ranking de todas as capitais brasileiras onde ocupou a 3ª posição.

O ranking avaliou seis dimensões (legal, plataformas, administração e governança, obras públicas, transparência financeira e orçamentária, e participação e comunicação) para identificar se os municípios possuem estruturas e práticas adequadas para compartilhar informações cruciais para que jornalistas, ativistas, órgãos de controle e a população geral possam acompanhar os recursos públicos.

MÉDIA POR DIMENSÃO

LEGAL	53.1 PTS
PLATAFORMAS	71.3 PTS
ADMINISTRATIVO E GOVERNANÇA	49.3 PTS
OBRAS PÚBLICAS	22.7 PTS
TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	50.6 PTS
COMUNICAÇÃO, ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO	53.5 PTS

Isso inclui transparência no recebimento de emendas parlamentares, em detalhes da contratação de obras públicas e licitações, nas licenças ambientais, na concessão de incentivos fiscais a empresas, nas agendas dos prefeitos e na realização de consultas públicas, entre outras práticas analisadas.

No geral, as piores notas foram na dimensão que avalia a transparência de obras públicas. Esta situação compromete significativamente a capacidade dos cidadãos de acessar e analisar informações cruciais sobre licitações, contratos e execução de obras, essenciais para a fiscalização. Esse cenário é especialmente preocupante diante de um contexto eleitoral, em que a baixa transparência no uso de verbas públicas destinadas a obras pode acarretar mal uso dos recursos públicos.

Diante deste cenário, onde a transparência é fundamental, mas frequentemente negligenciada, é um dever que tanto cidadãos quanto organizações de controle social intensifiquem suas demandas por uma governança aberta e responsável. A descoberta de que importantes cidades como Cotia e Jandira estão entre as piores classificadas sublinha a urgência por reformas.

"É preciso intensificar a vigilância e a demanda por uma completa divulgação das emendas parlamentares. A clareza nestas áreas é indispensável para uma democracia robusta e para o engajamento dos cidadãos na fiscalização dos recursos que diretamente impactam suas comunidades. Temos o poder e o dever de pressionar por uma administração pública mais aberta e acessível. Agir e indignar-se agora é mais do que uma opção — é uma necessidade," afirma Gioia Tumbiolo, Presidente do Observatório Social do Brasil | São Paulo.

A garantia de uma governança transparente e responsável é um dever dos órgãos governamentais, mas também uma responsabilidade compartilhada com cada cidadão atento e engajado. A sociedade civil, os meios de comunicação e as organizações de controle social devem intensificar suas demandas por transparência, que é fundamental para a saúde de nossa democracia.

Para ampliar o padrão de transparência das prefeituras brasileiras, é preciso dentre outras medidas:

- Regulamentação da Lei Anticorrupção em nível local;
- Criação de normas e mecanismos de proteção a denunciante de corrupção;
- Aprimoramento da transparência de contratos, licitações e incentivos fiscais;
- Disponibilização de informações sobre emendas parlamentares recebidas pelo município destinadas por deputados estaduais, deputados federais e senadores, assim como de emendas realizadas pelos vereadores;
- Criação de leis, planos e portais de dados abertos, fomentando a disponibilização dos diversos tipos de informação em formato aberto;
- Criação de portais que centralizem as informações sobre a execução física e orçamentária das obras públicas, bem como das licenças ambientais dos empreendimentos;
- Fortalecimento de mecanismos de controle social, audiências e consultas públicas, orçamento participativo e conselhos, incluindo a criação de conselhos municipais de transparência e combate à corrupção.

No momento deste lançamento, o Observatório Social do Brasil - São Paulo recomenda às administrações públicas que ainda não possuem uma boa pontuação, maior empenho na melhoria de suas práticas de transparência. O Observatório Social do Brasil - São Paulo se coloca à disposição para colaborar nestes esforços em prol da transparência e da integridade.

Confira os resultados completos aqui:
<https://transparenciainternacional.org.br/itgp/regiao/sao-paulo/>

Critérios – Os critérios de avaliação baseiam-se na segunda edição das Recomendações de Transparência e Governança Pública para Prefeituras, guia elaborado pela Transparência Internacional - Brasil e pelo Instituto de Governo Aberto (IGA). A avaliação segue a metodologia do Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP), atualizada em 2024.

A aplicação do Índice de Transparência e Governança Pública foi feita pelo Observatório Social do Brasil - São Paulo em parceria com a Transparência Internacional – Brasil. A avaliação

contou com apoio financeiro da União Europeia, através do projeto “Fortalecendo a transparência, a integridade e o espaço cívico para a promoção dos ODS nos municípios brasileiros”. Os conteúdos relacionados a esta avaliação não necessariamente refletem uma posição da União Europeia.

Para mais informações sobre o levantamento:

Observatório Social do Brasil em SP

Contato com Imprensa: Comunicação OSB|SP

Rosi Dopazo

11 99375-6709

saopaulo.comunicação@osbrasil.org.br

www.osb-saopaulo.org.br